



EIXO 1 – AUDITORIA PÚBLICA CENTRADA NO CIDADÃO

INJUSTIÇA AMBIENTAL E AUDITORIA PÚBLICA: PROTEGENDO OS INVISÍVEIS

Justiniano Ferreira Oliveira Neto

Mestrando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Direito Administrativo Disciplinar pela Universidade de Brasília - UnB. Pós Graduado em Avaliação e Monitoramento pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ. Especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Possui graduação em Administração com habilitação em Tecnologia da Informação - Faculdade de Administração da Bahia (2007). Tem experiência em Gestão Patrimonial e de Materiais e Logística de bens para execução de programas sociais de execução descentralizada. Atualmente exerce o cargo de Administrador no Serviço Público Federal, é Membro da Comissão de Ética da Rede de Ética do Poder Executivo Federal e Chefe da Seção de Auditoria no Distrito Federal e Auditorias Especiais. Foi Pregoeiro Oficial e Presidente da Comissão de Licitação destinada a processar e julgar as licitações no âmbito do Ministério da Saúde, regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC. Foi Analista de Pagamentos Especiais no Centro de Operações Financeiras Petrobras (2008 a 2012). Possui Certificação Yellow Belt em Lean Six Sigma (2011). Atuou na Delegacia da Receita Federal (2005 a 2007) e na Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA). Laureado com o Prêmio Mérito Acadêmico em Administração (2008), vencedor do concurso de textos Famettig (2007) e do Concurso Cultural de Narrativas (Ministério da Saúde). Foi homenageado pelo Conselho Regional de Administração do Distrito Federal, em reconhecimento e agradecimento pelo relevante serviço prestado na área da ciência da administração (2021) e recebeu a Moção n 03/20023 de Congratulações e Aplausos concedida pela Câmara Municipal de Nova Fátima-BA.

Renata Flávia de Moraes

Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Goiás - UEG (2010), Graduanda em Contabilidade. Especialista em Gestão Pública em Saúde pela Universidade de Brasília - UnB (2016). Especialização em Orçamento e Políticas Públicas pela UnB (2019). Especialização em Ciência de Dados e Inteligência Artificial pelo HAOC (2023). Atualmente é administradora com vínculo efetivo do Ministério da Saúde, atuando na área de auditoria do SUS, assessoria da Coordenação-Geral de Auditoria/DenaSUS/MS. A área de auditoria e de orçamento me atraem principalmente pelo fato de serem áreas técnicas que apesar de parecerem metódicas exigem que constantemente estejamos atentos aos atos normativos e instruções que são renovados constantemente. Com isso, o trabalho é sempre desafiador. Tenho habilidades com Tesouro Gerencial e me considero proativa. Facilidade em comunicação. Considero-me apta à aprender e buscar conhecimento, mesmo que não o possua de imediato.

RESUMO

E se as políticas públicas não estiverem protegendo, mas aumentando o sofrimento dos mais vulneráveis? O racismo ambiental, por vezes invisível,



silencia comunidades negras, indígenas e periféricas. É urgente questionar a fiscalização atual e mostrar como a auditoria pública pode corrigir falhas, garantindo justiça climática e social, sem deixar ninguém para trás. O racismo ambiental evidencia que alguns grupos vulneráveis são desproporcionalmente expostos a riscos ambientais (como poluição, desastres naturais e falta de saneamento básico). Neste cenário, é urgente repensar o papel da auditoria pública. A fiscalização tradicional precisa ser ampliada para considerar quem são os mais afetados pelas decisões do Estado e como essas decisões impactam de forma desigual diferentes grupos sociais. Incorporar o olhar para a injustiça ambiental nas auditorias permite diagnósticos mais completos, ações preventivas mais eficazes e o fortalecimento da justiça climática e social. A atuação dos órgãos de controle deve se alinhar aos princípios dos direitos humanos, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e aos marcos legais nacionais que tratam da equidade racial e da proteção ambiental. Auditorias com enfoque interseccional – raça, território, classe – são fundamentais para garantir que ninguém seja deixado para trás. Neste contexto, a transformação digital também impõe novos desafios. Treinar auditores para utilizar inteligência artificial com sensibilidade racial é essencial. É preciso capacitá-los para evitar a reprodução de injustiças estruturais nos processos automatizados de controle; fortalecer o enfrentamento ao racismo ambiental e institucional; e garantir que a auditoria baseada em dados seja um instrumento de inclusão e equidade, e não de exclusão. Como já alertou a literatura crítica sobre IA: “Se você treina a inteligência artificial com dados racistas, ela aprende a ser racista mais rápido do que qualquer ser humano.” A palestra propõe discutir caminhos para uma auditoria pública mais justa, tecnicamente sólida e socialmente responsável – capaz de proteger os invisibilizados e enfrentar os desequilíbrios históricos que ainda marcam o acesso a um meio ambiente saudável e a políticas públicas de qualidade. **Frente temática para o Seminário:** O tema exposto é transversal e interligado entre as temáticas **Auditoria Pública Centrada no Cidadão; Competências e Habilidades do Auditor do Futuro; e Inteligência Artificial e Transformação Digital na Auditoria Pública.**

COMO A ATIVIDADE É ADERENTE À FRENTE DA TEMÁTICA ESCOLHIDA?

Está aderente pois propõe uma reflexão sobre novos paradigmas na gestão pública, destacando a auditoria pública como uma ferramenta essencial para corrigir falhas estruturais e promover práticas mais justas e responsáveis. O objetivo é alertar para as falhas da gestão pública que negligenciam a equidade e os direitos humanos das populações marginalizadas, buscando garantir justiça climática e social, especialmente no contexto do racismo ambiental. Além disso,



é fundamental sensibilizar os auditores sobre a temática para que possam atuar sob novas perspectivas.

OBJETIVO

O objetivo da atividade é propor uma abordagem inovadora para transformar a gestão pública, utilizando a auditoria pública como ferramenta essencial para garantir justiça social e ambiental. A discussão sobre o racismo ambiental está profundamente conectada aos desafios sociais e ambientais que o Brasil e muitos países enfrentam, tornando a atividade altamente relevante para os debates de 2025.

A proposta é aplicável e replicável em diferentes níveis de governo e regiões. Com grande potencial de aprendizado, a atividade visa introduzir uma nova forma de fiscalização pública, centrada na equidade, justiça climática e racismo ambiental, buscando soluções inovadoras para um desenvolvimento mais justo e responsável.

EXEMPLOS CONCRETOS SOBRE RACISMO AMBIENTAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA

- **Saneamento Básico:** A falta de acesso à água potável, esgoto e coleta de lixo atinge desproporcionalmente a população preta, parda e indígena. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a região Norte do Brasil, que concentra grande parte da população indígena e ribeirinha, possui menos da metade dos moradores com acesso a esgoto sanitário em casa. No estado do Amazonas, por exemplo, 88% das pessoas que vivem em habitações precárias (sem banheiro ou sanitário) se autodeclaram pretas, pardas ou indígenas.
- **Moradia em Áreas de Risco:** A segregação espacial é um fator chave do racismo ambiental. Segundo a Agência Pública (citando dados da Defesa Civil), a cidade de São Paulo possui cerca de 200 mil moradias localizadas



em áreas de risco de deslizamento de terra, a maioria em bairros periféricos onde a população negra é majoritária.

- **Qualidade do Ar e Água:** Estudos acadêmicos e relatórios de organizações de direitos humanos apontam que comunidades negras e de baixa renda são mais propensas a viver perto de indústrias poluentes, aterros sanitários e lixões. A proximidade com esses locais aumenta a incidência de doenças respiratórias, de pele e outras patologias, embora dados específicos sobre a correlação direta de raça e a exposição a poluentes por tipo de poluição ainda estejam em desenvolvimento para uma análise mais detalhada no contexto brasileiro.
- **Senado Notícias (debate sobre o tema):** Negros e indígenas são os mais afetados por catástrofes ambientais, aponta debate no parlamento.
Link: [Negros e indígenas são os mais afetados por catástrofes ambientais, aponta debate — Senado Notícias](#))

Em tempos de crise climática e desigualdades profundas, a fiscalização pública precisa ir além dos números: é hora de auditar para proteger vidas. Esta palestra revela como injustiças ambientais atingem silenciosamente comunidades invisibilizadas — negras, indígenas e periféricas — e propõe uma nova abordagem de auditoria, focada em direitos humanos, justiça climática e equidade. Quem fiscaliza o que não se quer ver? Vamos repensar a gestão pública para garantir que ninguém fique para trás.

E se as políticas públicas não estivessem cuidando dos mais vulneráveis, mas sim aprofundando suas dores? Esta palestra traz à tona a realidade do racismo ambiental, onde comunidades negras, indígenas e periféricas são deixadas para trás em nome do desenvolvimento. Vamos explorar como a auditoria pública pode ser a chave para corrigir essas falhas e garantir que ninguém seja esquecido na luta por justiça ambiental. A fiscalização não pode mais ignorar os “invisíveis” — é hora de auditar para reparar.